

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA PERSPECTIVA DO DIREITO, DA EMANCIPAÇÃO E DA JUSTIÇA SOCIAL

Carlos Thiago Cruz da Silva¹; E-mail: carlos98470@gmail.com; UERJ.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA PERSPECTIVA DO DIREITO, DA EMANCIPAÇÃO E DA JUSTIÇA SOCIAL

Área Temática: 3. Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos

INTRODUÇÃO: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como uma política pública de reparação de direitos e inclusão social. Amparada pela Constituição Federal de 1988 (Art. 208, I), que assinala a oferta da educação básica para os que a ela não tiveram acesso ou continuidade, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB nº 9.394/96 (Art. 37), que ratifica a perspectiva de educação ao longo da vida, assim a EJA é reconhecida como direito público subjetivo e modalidade da educação básica. Ademais, a consolidação dessa modalidade exige um compromisso pedagógico humanizador e emancipatório. **OBJETIVO:** Analisar a EJA como direito humano e social a partir dos marcos legais e dos aportes teóricos da pedagogia crítica e libertadora. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental. O corpus de análise constituiu-se do texto da Constituição de 1988, da LDB, e de obras referentes à da Educação de Jovens e Adultos, articulando a perspectiva do direito à educação em Jane Paiva, a concepção de sujeitos de direitos em Miguel Arroyo e o paradigma da educação libertadora e dialógica de Paulo Freire. **RESULTADOS:** Como resultado evidencia-se que a herança intelectual Paulo Freire demonstra que educar jovens e adultos é um ato político e dialógico de leitura do mundo. Complementando essa visão, Miguel Arroyo reconhece os educandos como sujeitos de direitos e de saberes. Por sua vez, Jane Paiva reitera a EJA como garantia de cidadania e soberania, denunciando as perdas de direitos e defendendo políticas públicas comprometidas com a formação humana integral e com a diversidade dos sujeitos. **CONCLUSÕES:** Portanto, a efetivação da EJA requer a convergência entre as garantias legais e práticas pedagógicas transformadoras para fins de justiça social e para a construção da cidadania plena.

Palavras-chave: Cidadania. Constituição Federal. Educação Libertadora. EJA. LDB.